



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



GAECO

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
NÚCLEO PIRACICABA**

Rua Almirante Barroso, nº 491, 1º andar, São Judas,
Piracicaba (SP) — CEP nº 13.416-398
Fone/fax (19) 3433-2696 – 3422-6276 – 34336185

Registre-se como
Notícia do Fato.
Authe-se.

TERMO DE DECLARAÇÃO

Após cls.
Fim, 16/08/16.
Aluisio Antonio Maciel Neto
Promotor de Justiça

Em 12 de agosto de 2016, às 14h30min, na Promotoria de Justiça da Comarca de Araras, na presença de André Camilo Castro Jardim e Aluísio Antonio Maciel Neto, Promotores de Justiça do GAECO – Núcleo Piracicaba, compareceu [REDACTED]

[REDACTED], com endereço na [REDACTED]

[REDACTED], desacompanhado de advogado, a fim de prestar declarações. Ao ser questionado, respondeu que: **“Assumi o cargo de responsável administrativo financeiro na OAS em fevereiro de 2011. Fui contratado diretamente na Bolívia, embora tenha feito o exame admissional do Brasil e meu contrato de trabalho foi registrado na Bolívia. A partir de julho de 2011, assumi a responsabilidade sobre o projeto chamado “Obra do Futuro”, que consistia em implantação de sistemas e procedimentos, unificados com a diretoria regional do Brasil. Tratava-se de uma padronização, para que as empresas do grupo, no exterior, se adequassem ao**

[Assinaturas manuscritas]



GAECO

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
NÚCLEO PIRACICABA**

Rua Almirante Barroso, nº 491, 1º andar, São Judas,
Piracicaba (SP) — CEP nº 13.416-398
Fone/fax (19) 3433-2696 – 3422-6276 – 34336185

padrão da OAS no Brasil. Em razão desse projeto, percorri vários países da América Latina e Caribe. No final de 2012, o meu contrato de trabalho foi transferido para as Ilhas Virgens Britânicas, em razão de questões tributárias, pois lá é um paraíso fiscal. Nesse projeto eu tinha acesso às informações financeiras, contábeis, de estoque, de folha de pagamento, de ativo fixo. No início só tinha acesso às informações internacionais. Posteriormente eu tive acesso às informações da base no Brasil. Com base nessas informações, tive conhecimento de que a OAS Brasil abriu outras três empresas nas Ilhas Virgens Britânicas, que seriam: OGI, BVI e OAS African. A BVI era responsável pela contratação de funcionários que prestavam serviços diretamente a empresas da área internacional da OAS. A OGI era só para a movimentação de materiais e equipamentos. A OAS African também era responsável pela contratação de funcionários para o continente africano e para outras funções. Em setembro de 2014, fiquei responsável por analisar alguns contratos que envolviam a OAS Brasil e o BNDES. Quem me pediu diretamente para fazer tal análise foi Rogério Veras, mas com o aval de Renato Stankuns. Via de regra, eu recebia a documentação fisicamente, porém, em oportunidades pontuais, cheguei a receber também por meio digital, especificamente o e-mail de Renato Stankuns, que era renato.stankuns@oas.com. O Rogério Veras era o responsável por todos os equipamentos da área internacional. O Renato Stankuns era Gerente Corporativo Administrativo Internacional. Renato me solicitou que fizesse essa avaliação, pois a Polícia Federal faria uma fiscalização em janeiro de 2015. A avaliação compreendia a análise da situação de regularidade das empresas, valores e saldos residuais entre os contratos. Todavia, eu apenas iniciei a análise, com a verificação cadastral das empresas, pois fui demitido



GAECO

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
NÚCLEO PIRACICABA**

Rua Almirante Barroso, nº 491, 1º andar, São Judas,
Piracicaba (SP) — CEP nº 13.416-398
Fone/fax (19) 3433-2696 – 3422-6276 – 34336185

em novembro daquele ano. Assim, não consegui completar a avaliação, mas possuo a relação das empresas, valores e situação cadastral delas nos contratos que envolviam o BNDES. A OAS Brasil tinha projetos em outros países, tais como: a usina hidrelétrica de Baba, na Costa Rica, a Linha Amarela, no Peru, obra de pavimentação no Haiti, entre outros. Os países credenciados pelo BNDES solicitavam uma linha de crédito para aquisição de equipamentos. O BNDES transferia recursos para os fornecedores e liberava os equipamentos, que iam para a OAS Brasil, que se tornava “dona dos equipamentos”. Um dos contratos analisados, por exemplo, foi a aquisição de equipamentos da empresa Caterpillar. Um outro contrato se referia à contratação da LILS, mas não consegui efetuar a sua análise, pois foi excluído do meu computador à época, apenas o visualizei. Foi Renato quem apagou o contrato do meu computador. Todavia, na documentação apresentada constam alguns documentos referentes a pagamentos feitos ao Instituto Lula. A OAS Brasil possuía contrato de fretamento de aeronaves com a empresa Taxi Aéreo Piracicaba para as unidades nos outros países. A OAS Brasil captava as obras no exterior por indicação dos líderes locais ou por licitações internacionais. Uma pessoa importante entre a OAS e as embaixadas, que trabalhava na localização de oportunidades de negócio para a OAS era Jorge Fortes. Um dos líderes locais que também participava das captações era Valfredo de Assis Ribeiro Filho, Diretor Operacional do Pacífico, atuante especialmente no Peru, tendo, inclusive, várias notícias publicadas na internet sobre contatos dele com Nadine Heredia, pessoa com a situação destacada junto ao governo do Peru. Informo que Valfredo, no ano de 2013, referente ao ano de 2012, recebeu bônus de valor superior a US\$ 1,500,000.00, conforme planilha que tenho comigo. Uma vez localizada a



GAECO

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
NÚCLEO PIRACICABA**

Rua Almirante Barroso, nº 491, 1º andar, São Judas,
Piracicaba (SP) — CEP nº 13.416-398
Fone/fax (19) 3433-2696 – 3422-6276 – 34336185

obra no país estrangeiro, tornava-se possível a continuidade das negociações para a obtenção do empréstimo junto ao BNDES. Este mantinha relação direta com a empresa fornecedora dos bens e com a OAS. O pagamento era feito à fornecedora e os bens entregues para serem usados. O pagamento posterior ao BNDES era de responsabilidade da OAS. Muitos desses bens acabavam perdendo todo seu valor em razão do uso, mas outros ainda poderiam ser posteriormente negociados, a critério da OAS. Neste momento, a OAS poderia remeter o patrimônio para outras unidades e usualmente o fazia através daquelas empresas sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas, que serviam de intermediárias. Ocorre que os bens deixavam o país onde inicialmente estavam, com destino às Ilhas Virgens, pelo seu preço razoável de mercado. No entanto, quando saíam das Ilhas Virgens para o real destino final, havia “over price”, ou seja, um acréscimo inexplicado de porcentagem entre 25% e 40%. Quem estabelecia o valor exato do “over price” era a área tributária da OAS Brasil. Os funcionários responsáveis por essa operação eram Ivirlei Sândalo e André Antunes. O valor referente ao “over price” era remetido à empresa sediada nas Ilhas Virgens, onde permanecia em uma conta própria. Outro fato que me chamou a atenção foi que entre setembro de 2011 e janeiro de 2012, três importantes executivos da OAS pediram demissão da empresa na mesma data. Estes três eram Valfredo de Assis Ribeiro, César Uzeda e Raymundo Neto, que foram os executivos que iniciaram a implementação da área internacional da OAS. Por fim, informo que no ano de 2014 se iniciou na OAS Brasil o “Projeto Alfa”, que se ligava a operações comerciais na Áustria, que demandariam diversos funcionários especializados e André Antunes seria o funcionário da OAS que comandaria o referido projeto. Este Projeto Alfa tinha relação com a usina de Angra 3”.

059